



Mantendo viva a cultura Kaingang - entrevista com Constantino Jorge da Silva

Nesta entrevista, Constantino Jorge da Silva, Constantino Kaingang, professor na escola indígena Índia Vanuíre em Tupã, São Paulo, conversa com Rayane Barbosa e traz a sabedoria do seu povo, ensinando sobre o profundo respeito pela cosmologia.



Desenho de Rayane Barbosa



ClimaCom - Rayane Barbosa

Na minha época escolar, o contato com a educação territorializada se fortaleceu a partir de práticas pedagógicas que envolviam o preparo de artesanatos e as histórias contadas por professores e pelos mais velhos. Foi a partir desse movimento, que aprendi a escutar e praticar um diálogo com as formigas, o beija-flor e o milho, elementos que fazem parte da cosmologia Kaingang e que trago na minha escrita a partir de uma educação voltada ao diálogo com o território e saberes. Você, como professor e liderança, poderia me dizer como você traz as plantas, rios e toda diversidade cultural a participarem das suas aulas?

Constantino Kaingang

Boa tarde, meu nome é Constantino Jorge da Silva. Sou professor na Escola Estadual Indígena Vanuíre, localizada na Terra Indígena Vanuíre. Trabalho com alunos dos anos iniciais, especialmente do 4o. e 5o. ano, e hoje gostaria de compartilhar um pouco sobre a pesquisa de uma estudante que futuramente irá se formar na Unicamp.

Estamos contribuindo com a pesquisa dela sobre a educação tradicional Kaingang. Nosso objetivo é relatar como essa educação era trabalhada no passado, como está sendo desenvolvida atualmente e como pretendemos fortalecê-la no futuro. Buscamos sempre preparar nossos alunos para que no futuro, possam ingressar no ensino superior, assim como a estudante Rayane, que estudou em nossa escola desde a educação infantil até o ensino médio.

Entre as perguntas que ela elaborou, algumas tratam da diversidade cultural, abordando como trabalhamos com elementos da nossa Terra Indígena, como as plantas, os rios e os pássaros, especialmente o bem-te-vi. Além disso, há questões sobre o milho bugre e outros elementos fundamentais da nossa cultura.

Quero também compartilhar um pouco da minha própria experiência com a educação. Quando comecei meus estudos, no que antes era chamado de primeira série, a escola não oferecia uma educação diferenciada voltada para a nossa cultura e língua. O ensino era o mesmo das escolas não indígenas, sem considerar nosso conhecimento tradicional. Naquele tempo, a cultura era de certa forma, apagada e esquecida dentro da escola.



Nossa escola oferecia apenas até o quarto ano, e, depois disso, éramos obrigados a estudar fora da comunidade, na escola de Arco-Íris. Esse deslocamento resultava em grandes perdas culturais, pois, além da dificuldade de acesso, não havia espaço para o fortalecimento da nossa língua e dos nossos costumes. A educação era imposta de forma padronizada e não valorizava a nossa identidade.

Com o tempo, esse cenário começou a mudar. A legislação já previa que professores indígenas fossem contratados para atuar dentro das escolas indígenas, mas, durante muitos anos, essa lei não foi cumprida. Foi apenas por volta de 1997 ou 1998 que o Estado passou a reconhecer essa demanda e a permitir que professores indígenas assumissem o ensino em suas próprias comunidades. Essa mudança não aconteceu de forma fácil ou espontânea, mas sim por meio da luta dos povos indígenas de São Paulo e de todo o Brasil, que reivindicavam esse direito há muitos anos. Lideranças, caciques e professores se mobilizaram para garantir uma educação mais adequada às nossas realidades.

Naquele tempo, quando eu ainda era criança, estudei na antiga escola da aldeia. Após concluir o ensino médio em Arco-Íris, senti o impacto dessa falta de valorização da nossa cultura dentro da escola. Mas, quando finalmente conseguimos que a educação fosse conduzida por professores indígenas, as coisas começaram a mudar. O professor Mário, que hoje é nosso diretor, foi um dos pioneiros nesse processo, junto com o professor Edivaldo, que infelizmente já faleceu, mas teve uma grande contribuição para a valorização da língua e da cultura Kaingang. Outros professores também foram essenciais nesse movimento, como a professora Valdenice, a professora Rosimeire, a professora Queila e a professora Fabiana.

Essa transição permitiu que a escola passasse a oferecer o ensino completo dentro da comunidade, desde a educação infantil até o ensino médio. Dessa forma, nossos alunos não precisavam mais sair da aldeia para continuar os estudos. Esse avanço fortaleceu nossa cultura, pois a língua materna passou a ser valorizada dentro do currículo escolar.

Antigamente, nossa grade curricular era muito limitada, com foco apenas em disciplinas como português e matemática. Hoje, temos disciplinas específicas, como "Saberes Tradicionais" e "Língua Materna", que nos permitem trabalhar a cultura e o conhecimento ancestral de maneira mais profunda. O fortalecimento da nossa identidade sempre existiu na comunidade, pois os mais velhos



nunca deixaram de falar a língua e transmitir os conhecimentos, mas, dentro da escola, isso antes não era valorizado como é agora.

Para aprender a cultura Kaingang, acredito que isso se aplica a outros povos também, é essencial estar próximo dos mais velhos. O ensino tradicional não acontece sentado em uma cadeira, mas sim por meio da prática, da observação e da escuta atenta. Se um mais velho está ensinando algo, seja uma armadilha de caça ou o uso de uma planta medicinal, o aprendizado acontece no fazer e no acompanhar.

Depois de concluir o ensino médio, tive a oportunidade de participar da formação de professores na USP, entre 2004 e 2008. Foi uma experiência enriquecedora, que me preparou para atuar como professor em minha comunidade. No entanto, percebi que saber algo é uma coisa, mas ensinar é um desafio completamente diferente. Tive que aprofundar minhas pesquisas, estudar com os mais velhos e buscar maneiras eficazes de transmitir o conhecimento tradicional para as novas gerações.

No meu trabalho como professor, procuro sempre levar os alunos para a mata, para que possam ter contato direto com os conhecimentos transmitidos pelos mais velhos. Aprender é uma coisa, mas ensinar exige prática e dedicação. E, ao longo dos anos, percebi que o conhecimento tradicional Kaingang carrega uma profundidade científica muito grande, que merece ser estudada e valorizada cada vez mais.

Desde sempre, percebi que o conhecimento tradicional Kaingang é profundo e científico, especialmente no processo de produção de cerâmica. Como sou pertencente ao povo Kaingang, foquei minhas pesquisas nessa cultura, embora também tenha aprendido um pouco sobre os Krenak e outros povos quando era mais jovem.

No início da minha trajetória como professor, eu acreditava que ensinar cerâmica era simplesmente pegar o barro e trabalhar com os alunos em sala de aula. No entanto, ao aprofundar minhas pesquisas, percebi que estava apenas na superfície desse conhecimento. Fui então buscar aprendizado com os mais velhos, como o Zeca Kaingang e a dona Helena Kaingang (que já faleceu), entre outros anciões da comunidade.

Ao visitá-los, percebi que eles gostavam de ensinar, mas não queriam que eu registrasse tudo em anotações, papel. Preferiam que eu aprendesse prestando atenção, absorvendo o conhecimento



diretamente. No começo, tentei escrever, mas logo entendi que precisaria guardar tudo na memória e depois praticar.

Certa vez, propus ao Zeca que fizéssemos juntos uma cerâmica Kaingang. Ele aceitou e marcamos um dia. Antes de começarmos, ele me orientou a me preparar para entrar na mata: usar facão, calça e botas, pois a caminhada exigia cuidado. Brinquei que os antigos andavam descalços e com vestimentas tradicionais, mas ele me explicou que, naquela época, eles tinham um preparo diferente, algo que nós, hoje, já não possuímos.

Durante essa caminhada, ele me ensinou sobre diversas raízes e plantas medicinais usadas pelos Kaingang. Uma delas era uma raiz parecida com uma batatinha, usada para preparar um xarope medicinal que auxilia o fígado. Ele também falou sobre o uso da salsaparrilha e da casca da árvore cabreúva, que serve para fazer um xarope contra gripes. Esse conhecimento me fez perceber como os Kaingang sempre tiveram uma ciência natural sofisticada, baseada na relação equilibrada com a natureza.

A cultura Kaingang sempre teve um olhar atento à fauna e à flora. O respeito pelos pássaros, por exemplo, está ligado ao equilíbrio ambiental, já que são eles que espalham as sementes das árvores nativas. Esse pensamento de preservação é essencial para a continuidade do nosso povo, pois se perdermos a natureza, perderemos também nossa cultura e nossa língua.

Falando em língua, ensinar Kaingang é um desafio. Diferente do português, a língua Kaingang exige uma pronúncia precisa, muitas vezes utilizando o som nasal. As crianças, ao aprenderem, às vezes tentam adaptar a pronúncia para algo mais próximo do português, mas eu reforço que é preciso falar corretamente, pois a língua tem regras próprias e não pode ser modificada.

Com todo esse aprendizado, comecei a levar esses conhecimentos para dentro da escola, onde trabalho. Em 2018, iniciei práticas com os alunos sobre a produção de cerâmica Kaingang. Em 2022 e 2023, fizemos um projeto em que levamos os estudantes ao local de extração da argila, onde aprenderam desde a retirada do barro até o preparo e modelagem da cerâmica. Eles praticaram bastante e produziram suas primeiras peças, entendendo que esse processo está diretamente ligado à alimentação tradicional Kaingang, já que as panelas de barro eram utilizadas para preparar os alimentos, principalmente os à base de milho.



Minha missão é transmitir esses conhecimentos da maneira mais fiel possível, seguindo os ensinamentos dos anciãos e mantendo viva nossa cultura. Hoje, sou professor, mas no futuro, quando for um dos mais velhos da comunidade, continuarei ensinando o que aprendi, garantindo que as próximas gerações mantenham vivo o saber tradicional Kaingang.

ClimaCom - Rayane Barbosa

Na escola, atualmente vocês trabalham com os Cânticos (Kaingang/ krenak), na maioria das letras elas remetem a presença dos seres da natureza, por exemplo, tem cânticos Que fala muito do espírito dos rios, a partir desse movimento como podemos perceber na prática cotidianas a presença desses seres em nossos dia a dia e como você se relaciona com esses cânticos e como praticar esse respeito e diálogo com as letras e ritmos?

Constantino Kaingang

Os cânticos kaingang são profundamente espiritualizados, transmitindo mensagens valiosas por meio de suas palavras e relatos. Eles estão sempre voltados para Deus, chamado na língua kaingang de Kainken Tohâ. Como Dona Ana costuma dizer: "O Deus maior é Kainken". Ela utiliza muito essa palavra, que significa "o Deus grande", e sempre ressalta sua importância. Durante minhas pesquisas com ela, percebia como se emocionava ao praticar os cânticos. Dona Ana chorava bastante enquanto cantava, e eu tentava compreender a profundidade desse sentimento.

Os cânticos dos Kaingang, assim como os dos Krenak, refletem uma espiritualidade muito intensa. Acredito que a maneira como buscam conexão com Deus é por meio desses cânticos tradicionais. Não possuem vínculos com igrejas evangélicas, mas, ao cantar, entram em contato com Deus. Nos cânticos, dialogam e expressam gratidão pela beleza do que Deus criou, especialmente pela natureza, que fornece alimento, caça e pesca. Para eles, tudo provém da natureza, obra de um Criador maior.

Lembro-me de Dona Ana dizer que Deus é o criador de tudo: "Ele criou tudo." Inspirado por suas palavras, elaborei um cântico com sua ajuda. Quando o apresentei a ela, procurei manter-me fiel à



forma tradicional dos kaingang, e Dona Ana confirmou que estava "certinho desse jeito mesmo". Esse cântico passou a ser usado, especialmente pelas crianças, em apresentações Kaingang. Ele diz assim:

"Kaingang Tahap Kofarâ wonyé Kaingang Tahap Kofarâ wonyé Goio Tin, Goio Tin. Kaingang Tahap Kofarâ wonyé Kaingang Tahap Kofarâ wonyé Goio Bâck, Goio Bâck."

Essa letra refere-se ao povo Kaingang saindo para caçar e pescar. Kofarâ significa peixe; Goio Tin refere-se a um rio pequeno, cheio de peixinhos; e Goio Bâck é o rio grande, com peixes maiores e mais carnudos. Próximo à terra indígena Vanuíre, temos os rios Iacri e Feio. Embora o Rio Feio esteja atualmente fora da Terra Indígena Vanuíre, estudos de antropologia e arqueologia mostram que ele sempre esteve em terras Kaingang, embora o rio não esteja demarcado dentro da T.I. Vanuíre, sabemos que ele sempre foi nosso e tiraram ele de nós. Para os Kaingang, ele sempre foi usado como um local de caça e pesca para os mais velhos e para os rituais de cura e afins.

Quando Dona Ana falava sobre isso, ela se emocionava, mencionando que Kainken Tohá cuidava deles e os protegia do Thopré (a onça). Ela explicava que a onça, especialmente a pintada (Thopré Thã), é um animal respeitado, pois controla a cadeia alimentar. Apesar de temida, nunca atacava os Kaingang, e eles nunca matavam uma onça. Como Dona Ana dizia: "Kaingang não mata onça não. A onça é da natureza, e você deve respeitá-la, porque ela é o equilíbrio da natureza. Se a onça faltar, isso pode desequilibrar o ecossistema, trazendo prejuízos à fauna local."

Os Kaingang, assim como muitos outros povos indígenas, têm uma relação profunda com a natureza e reconhecem sua importância para manter o equilíbrio dos biomas brasileiros. Aqui, no estado de São Paulo, eles têm o privilégio de estar inseridos em dois biomas: a Mata Atlântica e o Cerrado. Desde tempos antigos, os Kaingang transitavam entre as regiões do Rio do Peixe, Rio Iacri, Rio Tietê e além, sempre respeitando e celebrando a natureza, que consideram como dádiva de Kaiken Tohá.

Os Kaingang também transitavam muito, indo até o rio na divisa com o Rio Paraná e o Rio Paranapanema. A arqueologia comprovou que os Kaingang estavam inseridos nesse amplo território, rico em fauna e flora. Esse território era fundamental para a alimentação, onde praticavam agricultura, caça e pesca. Os Kaingang se deslocavam bastante, pois existiam muitos



grupos. Relatos mencionam grupos como os Votoros, Kamés, Kairus e Languépins, frequentemente citados por Dona Ana.

Além disso, acredito que os Kaingang do estado de São Paulo enfrentavam desafios linguísticos. Havia diferenças dialetais entre os grupos, o que é compreensível, considerando a dimensão e diversidade dessas comunidades. Podemos imaginar que, em Vanuíre, existisse um desses grupos, enquanto em Icatu, outro território Kaingang próximo, poderia estar outro grupo, e assim por diante. Estimo que havia cerca de quatro a cinco grupos Kaingang apenas no centro-oeste paulista, antes de chegar a Bauru e ao Vale do Paranapanema, um território tradicionalmente Kaingang. Somente com o passar do tempo outros povos, como os Krenak e os Terena, chegaram à região. Vale lembrar que os Terena têm sua origem no Mato Grosso e os Krenak, em Minas Gerais.

Os Kaingang, por sua vez, possuíam profundo conhecimento da fauna e flora locais, o que reforçava seu vínculo respeitoso com a natureza e sua espiritualidade. Esse respeito permanece até hoje. Para eles, os cânticos tradicionais eram um meio de buscar Deus e agradecer pela natureza e suas dádivas. Lembro-me de uma pesquisa em que acompanhei Zeca na extração de uma raiz de árvore. Na mata, uma ventania forte passou, quebrando um galho, como se fosse um redemoinho. Ele começou a cantar um cântico, emocionando-se profundamente. Naquele momento, entendi que ele percebia o vento como um sinal de Deus e demonstrava respeito utilizando apenas o que era necessário. Era um gesto de agradecimento.

Os Kaingang têm essa conexão espiritual com a natureza e Deus, praticando sua cultura com respeito e gratidão. A diversidade de animais e a riqueza natural da região onde está localizada a terra indígena Vanuíre e Icatu são motivo de celebração, mesmo com as adversidades históricas. Embora falemos em "demarcação" de terras, na verdade, os Kaingang perderam 90% de seu território tradicional. O que restou foram pequenos hectares de terra em Vanuíre, Icatu e Araribá, enquanto as terras ao redor agora estão nas mãos de não indígenas, ocupadas por fazendas e sítios. Se investigarmos, encontraremos muitas irregularidades nas posses dessas terras. Um antigo órgão do estado de São Paulo, agora extinto, registrava que o centro-oeste paulista era, tradicionalmente, território Kaingang. A construção de duas linhas ferroviárias, a Noroeste e a Sorocabana, que atravessam Penápolis e Tupã, contribuiu para o quase extermínio dos Kaingang. Essas obras



resultaram na perda de 90% da população Kaingang, modificando drasticamente seu ambiente e espaço.

Hoje, vemos diferenças linguísticas entre os Kaingang de Icatu e de Vanuíre, algo que notamos durante a construção do dicionário Kaingang. Essa variação provavelmente decorre dos diferentes grupos mencionados (Nhanguépi, Kamé, Kairu e Langapi). Dona Ana poderia pertencer a um grupo, enquanto Dona Rita de Icatu pertencia a outro. Essas diferenças também se refletem nos cânticos, que fortalecem os dialetos e tradições, direcionando-se para a espiritualidade e conexão com Topen. Nos encontros de língua Kaingang realizados em Vanuíre, quando povos de terras indígenas próximas participavam, era possível perceber a riqueza dessa diversidade cultural e espiritual.

ClimaCom, Rayane Barbosa

Na preparação da tinta do jenipapo, percebemos que desde a coleta do fruto, até a preparação da tinta, tem um diálogo muito forte com os espíritos protetores. Como você trabalha essa relação com as crianças na escola, como inserir a presença de seres não humanos (espíritos protetores), na sala de aula?

Constantino Kaingang

Sobre as pinturas Kaingang, algo que eu gostaria de observar é que muitos povos indígenas utilizam jenipapo, e atualmente muitos Kaingang também fazem uso dele. No entanto, percebi que os antigos, os Kaingang mais tradicionais, não usavam jenipapo. Não sei exatamente o motivo para isso, mas, pelos relatos que observei, me parece que eles utilizavam barro para fazer as pinturas. Além disso, acredito que produziam uma tinta própria, diferente, porque, analisando a tecelagem deles, é possível perceber que teciam e produziam muitas roupas. Essas roupas eram feitas com linhas que já continham tinta, e naquela época não se tinha muita disponibilidade de tintas. Assim, eles criavam um tipo específico de tinta.

Até hoje, tentei descobrir qual árvore era usada para produzir essa tinta, mas ainda não consegui identificar. Porém, acredito que era dessa tinta que provinham as pinturas. Em pesquisas antigas,



um pesquisador russo chamado Henry Manizer, que esteve na região entre 1900 e 1910, conseguiu documentar muitos aspectos dos Kaingang antigos, aqueles ainda bem tradicionais e ligados à natureza. Ele é uma referência para diversos pesquisadores, pois conviveu diretamente com os Kaingang e registrou muitas informações importantes.

Manizer também fez algumas fotos dos Kaingang. Nessas imagens, os indígenas aparecem vestidos com roupas que foram impostas a eles, dificultando a identificação de pinturas corporais tradicionais. Talvez isso tenha ocorrido devido ao momento em que as fotos foram tiradas, mas acredito que os Kaingang utilizavam muitas pinturas, especialmente ao realizar seus rituais espirituais.

Esses rituais tradicionais, como o kiki, eram práticas muito antigas. Quando perguntei a Dona Ana sobre isso, ela relatou que conseguiu participar do ritual do kiki. Essa tradição reforça como os Kaingang valorizavam suas práticas culturais e espirituais, preservando suas conexões com a natureza e suas crenças.

Hoje, nossa aldeia é localizada no município de Arco-Íris, a Dona Ana foi lembrada como uma das últimas a participar do ritual do kiki. Essa prática envolvia a confecção de uma bebida tradicional Kaingang, feita de broto de coqueiro e mel. O kiki era uma bebida fermentada que adquiria um leve teor alcoólico.

Durante o ritual do kiki, os participantes se emocionavam bastante. Eles cantavam, recordavam os antepassados e reviviam histórias antigas. Conversando com Dona Ana, perguntei uma vez o ano em que ela nasceu. Ela não conseguiu lembrar exatamente, mas, atualmente, Dona Ana deve ter cerca de 94 anos. Considerando que estamos em 2025, ela provavelmente nasceu entre 1930 e 1920. Isso indica que, na sua infância, Dona Ana teve contato com os Kaingang mais antigos, que ainda praticavam rituais como o kiki. Ela presenciou essas tradições como criança.

Perguntei se, na época, os participantes do kiki se pintavam, mas Dona Ana não conseguiu recordar detalhes sobre pinturas corporais nesse contexto específico. Ela se lembra das pinturas Kaingang em geral, mas não tem certeza se eram utilizadas durante o ritual. Ela mencionou que seu primo, Biriba, que já faleceu, também participava desses rituais. Considerando sua idade, Dona Ana



provavelmente tinha entre 5 e 10 anos quando vivenciou essas experiências, o que nos leva a crer que o ritual do kiki ainda era praticado entre 1935 e 1940.

Perguntei a ela se os Kaingang daquela época usavam jenipapo para fazer as pinturas, e ela afirmou que não. Segundo Dona Ana, os Kaingang utilizavam outro tipo de tinta, mas ela não soube identificar a fonte ou o nome dessa tinta. Pelo que relatou, a produção da tinta era tarefa dos homens, e ela acredita que essa tinta era feita de alguma árvore. Apesar de muitas buscas e pesquisas, ainda não consegui identificar essa árvore. Hoje, os Kaingang usam jenipapo para as pinturas tradicionais, especialmente para grafismos em preto e vermelho.

Zeca Kaingang, em nossas conversas, comentou que, antigamente, também se usava barro como material para pintura. Provavelmente, pintavam o rosto ou outras partes do corpo. Observando fotos antigas, percebi que os Kaingang nas imagens não estavam pintados, o que pode indicar que as pinturas poderiam sair na água, como acontece com alguns tipos de pigmentos naturais. Diferente do jenipapo, que dura mais tempo, talvez a tinta usada pelos kaingang antigos perdesse a coloração após contato com a água.

A Terra Indígena Vanuîre tem uma fauna e flora riquíssimas. Sempre que vou à mata, tento identificar qual árvore pode ter sido usada para produzir essa tinta ancestral, mas ainda não obtive sucesso. Contudo, acredito que, com o tempo, será possível descobrir essa informação.

Hoje, as crianças Kaingang apreciam bastante os grafismos tradicionais, e o jenipapo se tornou amplamente utilizado para as pinturas. No entanto, é importante ressaltar que, na tradição mais antiga, os Kaingang não usavam jenipapo. Esse material foi adotado posteriormente, vindo de outras culturas no Brasil. Os Kaingang tradicionais utilizavam outro tipo de tinta, além do barro, talvez barro preto ou cinza, reforçando a riqueza e a originalidade de suas práticas culturais.

ClimaCom - Rayane Barbosa

Os sonhos também são um elemento importante na educação territorializada e na formação de nossa identidade cultural, como aprender a escutar e desvendar os ensinamentos que vêm através dos sonhos? Como podemos trabalhar com as múltiplas práticas culturais, como podemos fortalecer



essa educação territorializada e diferenciada e assim usufruir e contribuir para garantias das políticas públicas no ensino indígena?

Constantino Kaingang

A educação territorializada, voltada para o fortalecimento cultural, é a minha realidade como professor hoje, no ano de 2025. O Estado é o Estado. A gente fala "o Estado" porque, no nosso caso, estamos inseridos no estado de São Paulo. Acredito que, para os povos de outros estados, a situação às vezes não seja tão aprofundada nesse conhecimento tradicional.

Vou relatar um pouco sobre o caso do estado de São Paulo. Hoje, nós temos a garantia da educação diferenciada, assegurada por lei na Constituição de 1988. Está garantido. A resolução garante que tenhamos professores indígenas, escolas e alimentação fornecida pelo governo estadual, que chega através dos municípios. Então, existe todo um recurso direcionado. Assim como há recurso direcionado à educação escolar dos não indígenas, nós também o temos.

Só que precisa melhorar bastante, não só para nós, indígenas, como também para os não indígenas nas escolas das cidades. O Estado ainda está longe de entender esse formato de território e de educação cultural. A gente olha na matriz curricular do estado de São Paulo e, por mais que os indígenas estejam na luta, batalhando, reivindicando e elaborando documentos, o Estado está longe de cumprir seu compromisso de fortalecer a língua materna e a cultura.

Até então, ele garante o seguinte: nós temos 30 aulas por semana nos anos iniciais, só que ele garante 10 aulas de língua portuguesa, 8 aulas de matemática, 2 aulas de geografia, 1 de história e 2 de ciências. Neste ano, ele acabou aumentando um pouquinho os saberes tradicionais. Agora, temos 4 aulas de saberes tradicionais por semana e mais 2 aulas de língua materna.

Aí você vê, só na matriz você já vê que há um desequilíbrio. Embora tenhamos 4 aulas de saberes tradicionais e 2 de língua materna, somando 6, sobram 24 aulas por semana distribuídas para as outras disciplinas. A língua portuguesa é a disciplina com a maior quantidade de aulas.

E a lei determina que você tem que alfabetizar a criança em língua portuguesa. Tem que ser em português, e depois você vai alfabetizando nas outras disciplinas, como matemática e geografia. A



língua materna, no caso a língua indígena, tem 2 aulas, e a prática de saber tradicional tem 4. Então, você acaba ainda fazendo um trabalho que, por semana, é até bom, mas daria para fazer melhor.

Por que eu falo isso? Porque tem a questão da política pública, em que o Estado disfarça. Ele faz de conta que trata a educação indígena de forma diferenciada, mas, ao mesmo tempo, ele tem uma certa discriminação. E por que eu falo que é discriminação? Porque nós, indígenas, que estamos aqui há milhares de anos, somos discriminados dentro do próprio sistema da educação. Os portugueses chegaram de 1500 para cá, segundo o relato da história brasileira, e é a língua portuguesa que tem a maior quantidade de aulas.

Por lei, você tem que trabalhar essa matriz, cumprir o prazo e a meta que ele estabelece. E a língua indígena? Se a gente não fizer força, fortalecendo, trabalhando, praticando, eles não vão dar essa valorização. Eles podem alegar, e é por isso que digo que nos tratam com um pouco de discriminação, que se a educação estivesse em nossas mãos, nós não daríamos conta de alfabetizar e ensinar certinho, igual à escola do não indígena.

Aí o que eles vão falar? Vão dizer que os indígenas não estão preparados para alfabetizar e ensinar as crianças de suas comunidades. E o que eles vão fazer? Vão usar os pais e os alunos para criar uma certa pressão sobre nós, professores. Porque podem dizer: "Os indígenas da comunidade não estão conseguindo preparar os alunos da escola de vocês, como vocês podem exigir mais políticas públicas?". Então, tem esse lado também, que é o meu modo de enxergar. Todo ano eu paro, penso e reflito sobre isso.

No meu caso, como trabalho com o processo de alfabetização, eu tomo muito cuidado, porque é muito difícil, é muito complicado. Na verdade, são duas situações: você tem que alfabetizar em língua portuguesa, ensinar o conhecimento matemático, a geografia, a história e as ciências; e, ao mesmo tempo, tem que trabalhar com saberes tradicionais e a língua materna, que é uma outra forma de enxergar o mundo. São duas situações diferentes que nós, como professores indígenas, temos que equilibrar.

Hoje, nenhum conhecimento pode ser a mais, e nenhum pode ser a menos. E ainda temos que apresentar resultados para o sistema da educação. Temos que mostrar que as crianças, no primeiro e segundo ano, estão alfabetizadas em língua portuguesa e no conhecimento dos não indígenas. E,



ao mesmo tempo, temos que apresentar para a comunidade que também estamos levando o conhecimento tradicional, a língua e os ensinamentos das culturas com compromisso, para que não se perca a prática cultural da terra indígena.

Então, a gente tem que ter um certo cuidado com relação às políticas públicas. Porque, se a gente for olhar, o ensino territorial, a prática cultural, é muito amplo. Só de eu tirar os meus alunos de dentro da sala e levá-los para aprender dentro da terra indígena, no rio, já me leva um certo tempo. Eu tive que pesquisar bastante o conhecimento tradicional Kaingang nas matas, no corpo, no rio. Teve vezes que tive que sair cedo com os alunos; a gente saía, voltava, almoçava e voltava de novo. Depois, voltava outro dia para aprender uma determinada prática.

E não é um conhecimento que você registra em papel. O registro é o seu cérebro, é a sua mente. O conhecimento tradicional é no cérebro que a gente arquiva e depois pratica. É diferente do conhecimento do branco, que você tem que estar com o caderno, o tablet, o notebook, registrando a todo momento. E outra: o conhecimento tradicional, às vezes você está numa roda, está almoçando, tomando um café, e ali você já está aprendendo.

O horário escolar do sistema da educação no estado de São Paulo começa às 7h da manhã e vai até certo horário. Você tem que cumprir os 200 dias letivos que o sistema garante. Se você não cumprir, o aluno não consegue completar o ano letivo. Tem uma porcentagem de frequência que ele tem que ter. Você tem que cumprir porque a lei manda. Como somos cidadãos brasileiros, temos o dever de cumprir.

Mas o conhecimento tradicional, territorializado, não funciona assim, com hora marcada para começar e acabar. Não é assim. O conhecimento tradicional é na vivência do dia a dia. Você sai, encontra um detentor do conhecimento e ele vai transmitir alguma coisa ali. Às vezes leva um tempo curto, às vezes um tempo maior. Você tem que estar se deslocando dentro do território, tem que estar praticando.

Se você quer aprender sobre o plantio do milho bugre, vai ter que se deslocar até uma roça, preparar aquela terra e fazer aquele milho e aquela mandioca produzirem. E você vai praticando isso no decorrer do ano. Se você vai caçar, também tem que saber o dia certo. Tem dia que você vai e não



encontra nada, aí tem que voltar em outro dia. Então, não tem hora programada, nem dia. Você vai vivendo e vai em busca desse conhecimento tradicional, vai praticando.

E a política pública, quando eu falei dela, não quer enxergar isso. Eles não conseguem. Eles tentam pegar tudo isso e colocar dentro do sistema da educação que eles criaram. Colocam dentro do sistema para dizer que estão atendendo a uma política pública indígena que, no meu modo de enxergar, é uma forma de maquiar o incentivo à educação indígena tradicional. O estado de São Paulo faz muito isso, eles maquiam.

Dizem que estão fazendo, mas se for para fazer a educação tradicional de verdade, até hoje eles não conseguiram garantir. O que eles garantem? Garantem os professores indígenas contratados, com as garantias trabalhistas do Estado. Fornecem a escola, a merenda escolar, e os recursos que chegam nas escolas dos não indígenas chegam para nós aqui. Eles garantem isso. É um recurso bom, até bom, mas a educação diferenciada, de fato, o Estado não conseguiu cumprir. Nenhum estado brasileiro conseguiu cumprir.

Então, nós, indígenas, temos que estar muito atentos a isso, porque é uma forma de maquiar a política. A lei garante que nós temos que ter, e eles falam que já garantiram. Mas, de fato, nós trabalhamos como se estivéssemos no sistema da escola estadual. A escola aqui dentro da Terra Indígena funciona como se fosse parte do sistema da educação do estado de São Paulo.

Até então, os indígenas tentam reivindicar, participam de várias reuniões, vão lá, conversam com o secretário, com o representante da secretaria, mas, de fato, nós ainda não temos força para reverter isso. Vai levar um tempo. A gente espera que a futura geração enxergue isso e tente mudar. Mudar no sentido de, futuramente, trazer um pouco mais da vivência tradicional.

Porque a geração muda, as pessoas mudam, a cabeça das pessoas muda. As pessoas se casam, conhecem gente de outras comunidades, constroem suas famílias. Isso é um processo de mudança. Eu estou com 38 anos; daqui a um tempo, não vou estar mais na escola. Aí virão outros professores novos da comunidade. Então, temos que prepará-los e formá-los bem para que, no futuro, eles possam levar essa bandeira da educação escolar indígena e possam estar sempre em busca da educação diferenciada, buscando uma alimentação mais voltada para a cultura.



Não digo que vai ser todo dia, mas pelo menos um pouco. Uma alimentação que tenha peixe, uma alimentação um pouco mais tradicional. A alimentação que recebemos é ótima, muito boa, mas eu digo isso principalmente pensando nos Kaingang. O modo de alimentação deles era tradicional: peixe assado na folha, alimentos com milho bugre. Aí você começa a olhar para as crianças de hoje. Por mais que a gente faça todo esse trabalho, explique e ensine, gosto é gosto, né?

Você percebe que tem adulto que não vai querer esse tipo de alimentação tradicional que os Kaingang faziam. Vai querer mais o arroz com feijão, uma carne cozida. Nem sempre isso vai se vincular à prática de vivência dele hoje, em pleno 2025. Às vezes, as crianças de hoje não vão gostar, porque é gosto. Para reverter isso, é só por meio de uma política que traga fortalecimento para dentro da comunidade.

Inclusive, estamos com um projetinho para fazer uma horta próximo à escola, para tentar implantar esses alimentos. Não digo que vamos fazer para a comunidade inteira, mas para, pelo menos, experimentar e ver como se faz essa alimentação tradicional que era feita pelos povos indígenas. Diante disso, a política pública dentro do território tem que ser enxergada pelo Estado, que deve dar todo o respaldo para os indígenas melhorarem e praticarem.

Quando eu falo que hoje precisa melhorar muito, é porque a gente só está no começo. A educação escolar na direção dos indígenas tem mais ou menos 27, 28 anos, acho que se aproximando de 30 anos. Então, praticamente estamos engatinhando ainda. A educação brasileira já tem muito mais tempo e ainda tem muitos problemas com políticas públicas. A indígena, então, tem muito mais.

As futuras gerações têm que olhar para isso e tentar mudar e melhorar cada vez mais, porque a educação escolar indígena tradicional é a base para a gente tentar buscar uma qualidade de vida melhor, um lugar melhor para viver, morar aqui, construir família e seguir com o modo tradicional indígena de vivência. É isso que eu posso relatar.

Espero que consiga contribuir para as perguntas que foram elaboradas. A gente está aqui, sempre disponível para tentar ajudar na medida do possível. Igual eu estava dizendo, a Rayane é uma das alunas que começou com a gente na educação infantil, formou-se aqui até o ensino médio e hoje está lá na Unicamp. É um orgulho para a gente, para a nossa escola, porque preparamos uma aluna desde a educação infantil até o ensino médio, e ela está lá, numa universidade de ponta.



Se ela conseguiu chegar até a Unicamp, qualquer aluno nosso aqui pode chegar a qualquer outra instituição que ele queira. A Rayane é uma das alunas referência hoje. Quando se formar, ela será referência para as demais e para a futura geração. A gente, trabalhando aqui e fazendo um bom trabalho, consegue colocar qualquer aluno em qualquer instituição pública ou privada do Brasil. E esse é o objetivo da educação escolar: garantir condição de igualdade para todos.

Muito obrigado por lembrar da gente e por nos dar a chance de contribuir um pouco nesse crescimento da Rayane.

* Esta entrevista foi feita por Rayane Barbosa Kaingang como parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Educação Territorizada Kaingang: Pedagogias que Brotam do Chão - apresentado como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação da Profa. Dra. Susana Oliveira Dias.